

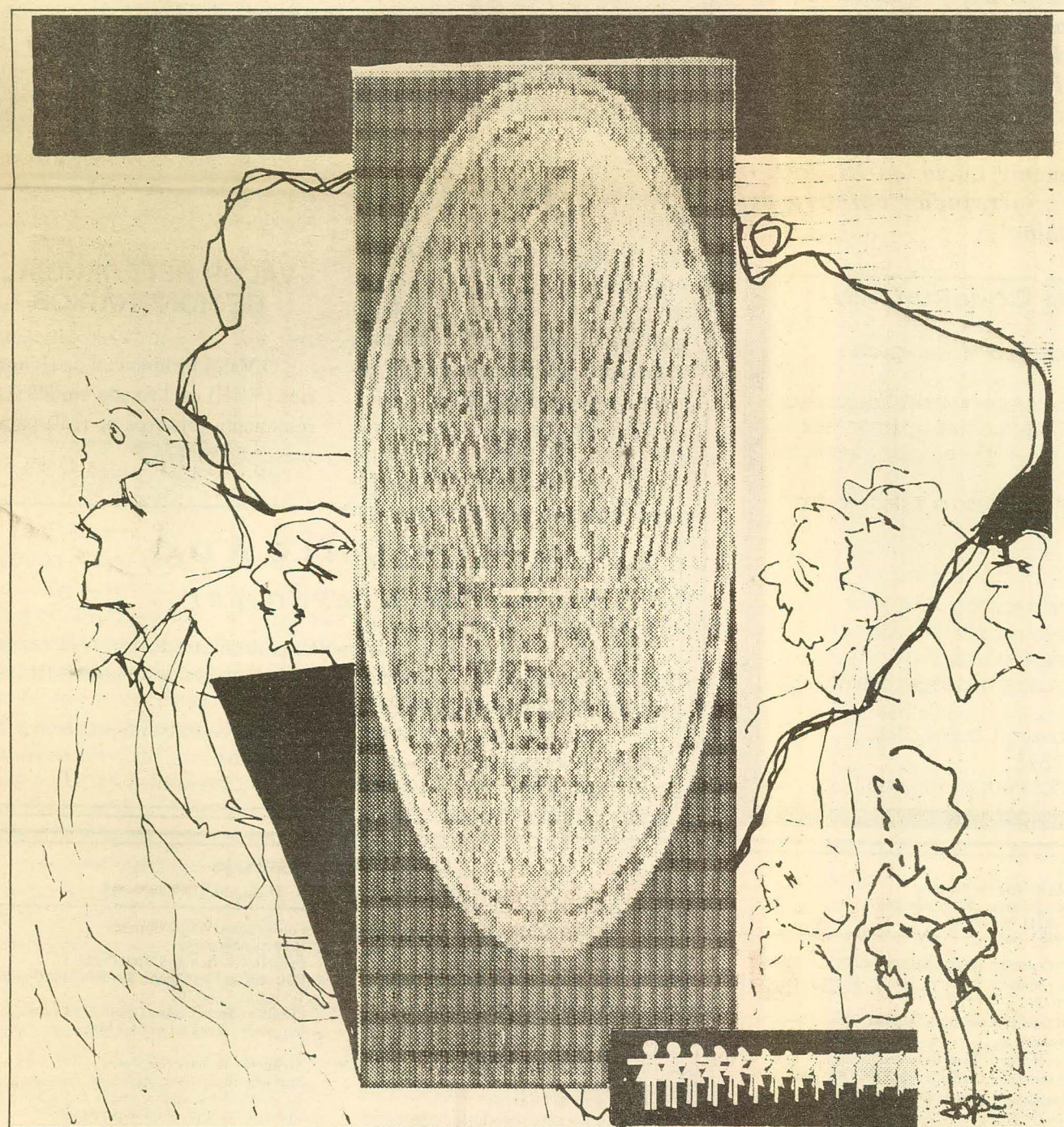
Jornal dos Economistas RJ

Nº 67 • Novembro 1994

▶ Os assuntos que norteiam a economia brasileira sob o prisma de Mário Henrique Simonsen

Em entrevista exclusiva ao Jornal dos Economistas,
Simonsen fala sobre sua expectativa em relação ao novo governo.

Páginas 6 e 7



Enquete:
a desindexação
é o melhor
caminho?

Página 3

Sistema
de Projeções
Qualificadas

página 11

Amir Lando
diz como foi
feita a votação
do Relatório
Final da CPI
da Privatização

Página 12

A agenda do novo governo inclui no plano político a articulação de negociações com o Congresso Nacional, renovado, que permitam a implementação das reformas ditadas pela via liberal.

No plano econômico, a conviência com juros elevados, câmbio sobrevalorizado, déficits virtuais, saneamento das contas públicas, desindexação etc., compõem, certamente, um conjunto de temas que norteará a lógica dos debates na tentativa de sonhar com a redução da atual taxa mensal de inflação de cerca de 3% para menos de 2%.

Neste número do *Jornal dos Economistas*, ouvimos a opinião do prof. Mário Henrique Simonsen da FGV, sobre os prováveis efeitos da estratégia adotada pela equipe econômica para o programa de estabilização. Nesse sentido, o ex-ministro da Fazenda discorre sobre as implicações para a economia ao se utilizar a maxivalorização atual como mecanismo auxiliar

de controle inflacionário, sobre a possibilidade de desindustrialização por via crescente e exagerada intensificação das importações e os desequilíbrios advindos para o nível de emprego industrial, com sensíveis consequências sociais.

A desindexação da economia é o assunto da enquete deste mês, cinco economistas procurados pelo JE dão sua opinião sobre os efeitos dessa possível medida no mercado nacional.

Em outra matéria, o senador Amir Lando e o deputado Paulo Ramos contam como se deu o processo de votação do substitutivo da CPI da Privatização, elaborado pelo deputado Rubem Medina.

Ainda neste número, leia os artigos de Mário Carvalho, diretor do IERJ, "A busca real de uma âncora", Lauro Ramos (IPEA) e Ana Lúcia Soares (bolsista do CNPq) sobre a "Participação da mulher na força de trabalho" e o artigo de Clemente Lúcio, do DIEESE - "A contratação coletiva de trabalho".

XXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA

Entre os dias 13 e 16 de dezembro, economistas de todo o Brasil se reúnem no Hotel Castelmar, em Florianópolis para discutir alguns temas da profissão. No centro de eventos do hotel a programação se divide da seguinte maneira:

- 13/12 - Inscrições das 14h às 19h e lançamento de livros, às 20:30h.

- 14/12 - As palestras começam às 8:30h e terminam às 21:30, com a aula magna do Professor Afonso Celso Pastore. O intervalo para almoço vai de 12:30h até 14h.

- 15/12 - Outras palestras das 8:30 até às 20:30. Às 22h será realizado um baile de confraternização.

- 16/12 - As palestras começam às 9h e terminam às 13h. A partir das 14h os participantes estarão livres para as atividades sociais e turísticas.

A agência organizadora é a Copentur Viagens e Turismo Ltda. - Rua Araguari, 1705, sala 705 - Santo Agostinho, BH. Cep 30190-111. Fone: (031) 291-7747 Fax: (031) 291-8478 - para onde devem ser enviadas as fichas de inscrição até o dia 2 de dezembro. Depois dessa data as inscrições serão feitas no local do evento. A taxa de inscrição é R\$ 40,00 para profissionais e R\$ 20,00 para estudantes, que deverão enviar o xerox da cédula estudantil.

O Hotel Castelmar fica na rua Felipe Schmdit, 1260 - Florianópolis.

Fone: (0482) 24-3228. Fax (0482) 22-3126. Os preços das diárias são: single/dia R\$ 50,00, duplo/dia R\$ 62,00 e triplo/dia R\$ 72,00.

ERRATA

Informamos que no último número do *Jornal dos Economistas* erramos ao colocar o nome do economista Carlos Lessa na abertura da entrevista que realizamos com o diretor do Iuperj, Renato Lessa. Corrigimos agora o lamentável equívoco.

BIBLIOTECA PARA OS ECONOMISTAS

A Biblioteca especializada Eginardo Pires atende a todos os profissionais registrados, estudantes de economia, associados ao IERJ e pessoas de áreas afins, de segunda a sexta-feira, de 13h às 17h. Além do acesso facilitado ao conhecimento, a biblioteca ainda fornece serviços de apoio a pesquisas e possui uma videoteca com 247 fitas, contendo assuntos de interesse dos profissionais da área, debatidos por personalidades destacadas no meio econômico.

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

O Valor Referencial de Honorários (VRH) está fixado em R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) para o mês de dezembro.

Colônia de Férias Floresta Country Club.

O lazer das férias num paraíso ecológico.

A colônia de férias do Floresta Country Club oferece atividades desportivas e sócio-culturais, supervisionadas por professores experientes e especializados. O transporte opcional é feito em ônibus escolar. A inscrição inclui almoço e dois lanches.

Períodos: de 3 a 18 de janeiro ou de 19 de janeiro a 2 de fevereiro.

Horários: 2º a 6º feira, das 9h às 17h.

Idade: de 3,5 a 14 anos

Atenção:

- descontos especiais para mais de uma inscrição.
- descontos nas inscrições até 09 de dezembro.
- programas paralelos para mães ou responsáveis (hidroginástica, aeróbica, culinária, sauna e atividades alternativas).

Informações e inscrições: Floresta Country Club.

Telefone 263-8588.

Estrada dos Bouganvilles, 442 - Rio das Pedras, Barra da Tijuca

COMUNICADO

ELEIÇÕES NO IERJ

Conforme deliberação da assembléia realizada no dia 25/11/94, comunicamos aos associados que as eleições para a nova gestão foram transferidas do dia 12/12/94 para 19/12/94.

A chapa inscrita, bem como, o programa de trabalho proposto e os locais de votação serão previamente divulgados.

CORECON
Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro
Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiros Efetivos: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Socio, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Ronaldo Raemy Rangel, Sidney Pascounto da Rocha
Conselheiros Suplentes: Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz de Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo

Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Sandra Maria Carvalho de Souza
Secretaria Executiva: Maria Eugênia Porto da Silveira
Secretaria de Coordenação: Beatriz Bomfim
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro
Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49
Tel. (0247) 23-833
Bibliotecária: Ester Oliveira Texeira

JORNAL DOS ECONOMISTAS
ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON - IERJ - SINDECON - RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielshowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109)
Editora Assistente: Malu Machado
Reportagens: Malu Machado
Estagiária de Jornalismo: Daniela Lessa

Fotografias: Wania Corredo
Ilustrações: Zope
Projeto Gráfico da Capa: Dinho
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca
Tel (021) 222-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366

Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das Entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Desindexação da economia

Economistas avaliam a iniciativa do governo de acabar com os indexadores econômicos e a repercussão dessa medida nas negociações salariais.

José Marcio Camargo
PUC-RJ

As medidas do governo para acabar com a indexação da economia são um erro. A inflação, por volta dos 3% ao mês, ainda é relativamente alta e o resultado será uma indexação informal, causando maiores problemas para a estabilização. A informalidade das taxas de indexação certamente facilitará a elevação das cifras, tornando-se um impulso para um novo aumento da inflação.

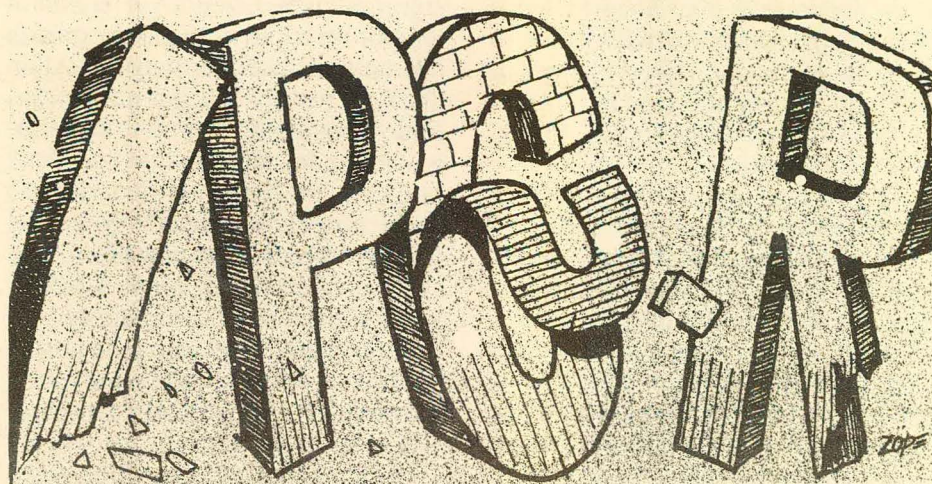
Antes de eliminar os índices oficiais, seria preciso fazer a inflação cair para menos de 1% ao mês e manter-se nessa posição por alguns meses. Depois disso a economia do país estaria estabilizada o suficiente para funcionar sem a necessidade de dispositivos reguladores.

A relação entre empresários e trabalhadores com o fim do IPC-R, por exemplo, será uma luta ainda mais acirrada pelo cálculo correto dos salários, pois os trabalhadores irão buscar os índices mais altos, provavelmente o do DIEESE, e os empresários os mais baixos, talvez recorram à FIP. Vai ganhar quem tiver mais força.

Ademir Figueiredo
DIEESE

A desindexação é uma medida coerente com o Plano Real. Porém, não adianta apenas quebrar o termômetro e eliminar o analgésico (outros existem). O ajustamento dos preços do setor privado ainda não se completou, devido ao encurtamento da fase URV em função das eleições. E mais, o conflito distributivo mostra-se evidente (salários continuam perdendo a partir da média). E há setores em que se combina enxugamento de mão-de-obra, com baixos salários e aquecimento produção/demanda (vide metalúrgicos SP, aviação, etc).

A contrapartida da desindexação deve ser a livre negociação. Para isso, necessita-se aprimorar a organização sindical, (tornando livre a organização por local de trabalho); modernizar o processo de negociação (contrato coletivo / mediação / arbitragem), bem como democratizar as informações sobre as empresas.



André Urani
FEA / UFRJ

Sem desindexação não há estabilidade possível. O problema, portanto, não é desindexar ou não, mas como desindexar. Não se faz desindexação por decreto, a menos que se volte a fechar os sindicatos e a prender os seus líderes. Até porque, a indexação - ao contrário do que pensam muitos - não é apenas fruto de leis e decretos: a recente experiência brasileira e latino-americana mostra que, toda vez que as regras propostas pelo governo não são consideradas satisfatórias, os agentes que têm poder de barganha suficiente criam as suas próprias regras de indexação. Se forem abolidos os índices oficiais, os sindicatos passarão a basear suas reivindicações nos índices que eles próprios calculam (como os do DIEESE) ou em disponíveis no mercado e chegarão facilmente a um entendimento com as entidades patronais sobre a necessidade de recompor periodicamente os picos de seus salários reais. Em outras palavras, a indexação não é uma dívida do governo, mas uma conquista dos trabalhadores, que - como toda conquista - custou alguma coisa e, portanto, não pode ser extinta sem contrapartidas.

O governo só tem duas contrapartidas a oferecer, ambas indispensáveis, para lograr em seu intento de desindexação:

a. reduzir o grau de incerteza em relação ao comportamento futuro da taxa de inflação, dando garantias críveis de que não irá financiar seus gastos pela via inflacionária (o que passa tanto por um ajuste fiscal mais sólido quanto pela implantação de regras

rígidas para a emissão de moeda);

b. promover mudanças institucionais que tendam a fortalecer o poder de barganha dos sindicatos. Por exemplo: substituir o imposto sindical por um sistema de contribuições voluntárias, instaurar o contrato coletivo de trabalho e unificar as datas bases. Só com um aumento do grau de centralização das negociações coletivas, de fato, se induzirá os líderes sindicais a terem uma maior consciência dos impactos macroeconômicos de suas demandas salariais.

Augusto Franco
FIRJAN / DEPS

A extinção dos indexadores é um passo natural no processo de estabilização, pois a manutenção do índice é incompatível com a redução da inflação do patamar atual de 40% para 20% ao ano. Nas empresas, os impostos indexados são um fator de incentivo ao aumento de preços. Se a intenção é manter a estabilidade da economia, não se pode utilizar instrumentos que transformam a inflação de ontem na de hoje, ou seja, não se pode persistir com a indexação.

Sobre a questão específica dos salários, o fim do IPC-R leva a uma negociação direta entre as partes - patrões e empregados -, o que é uma prática mais saudável economicamente, por ser firmada em bases concretas e não por determinações do governo. Inúmeras políticas salariais foram criadas e nenhuma delas conseguiu preservar o poder de compra do trabalhador. O que garante poder de compra não é decreto, política salarial ou indexação, mas estabilidade econômica, que implica em

desindexação e negociação salarial sem a influência do governo. Evidentemente, para que essa negociação seja eficiente é preciso que a legislação trabalhista, que perdura desde 1930 ou 40, seja revista e modernizada para acompanhar o mundo atual.

Sérgio Werlang
FGV

As medidas de desindexação não são fundamentais a curto prazo, mas sim a longo prazo, uma vez que adotá-las agora não resolveria o problema atual de excesso de demanda na economia. Basicamente, as três ferramentas de indexação que o governo deseja eliminar são: Ufir, TR e IPC-r. A TR é a taxa de remuneração das cadernetas de poupança. Assim, sua eliminação reduz a atratividade desse ativo financeiro, o que é uma questão extremamente delicada.

A Ufir, em casos de baixas taxas de inflação (por volta de 3% ao mês) se torna um índice dispensável. Entretanto, a extinção da Ufir requer, necessariamente, a reestruturação de toda Legislação Tributária Federal, a qual é completamente atrelada à Ufir. A correção da folha de balanço das empresas, que também é feita pela Ufir, não seria substancialmente afetada num contexto de baixa inflação, uma vez que a adoção da correção monetária da folha de balanço precede à utilização da Ufir.

A extinção do IPC-r elimina a desindexação oficial dos contratos de trabalho. Até agora, aproximadamente 33% dos empregados receberam uma recomposição salarial depois da implementação do Plano Real. Assim, a extinção do IPC-r requer, primeiramente, uma recomposição salarial para as outras categorias que ainda não alcançaram suas datas-base.

O governo tem a intenção de eliminar o IPC-r e repassar às categorias que ainda não foram favorecidas, somente na época de suas respectivas datas-base. Neste caso, o impacto do aumento da massa salarial seria diluído. De qualquer maneira, os trabalhadores e empresários passam, a partir da extinção do IPC-r, a adotar livre negociação. Num contexto de baixa inflação esse mecanismo parece eficiente.

A busca real de uma âncora

Mário C. de Carvalho JR.*

Face a total credibilidade **ex-post** da política da estabilização deste governo - que mudou o regime de quase hiperinflação para um regime de inflação crônica sem gerar ainda custos sobre o produto -, a questão é avaliar a credibilidade dos anúncios das medidas da política de estabilização do futuro governo com vistas a fazer convergir a inflação crônica, onde variações positivas dos preços persistem indefinidamente, a patamares observados internacionalmente, sobretudo, a partir da ótica e das reações dos agentes econômicos. Isto provém do fato que todas as tentativas de estabilização em países de inflação crônica invariavelmente sofreram de falta de credibilidade.

Não é fortuito que o saudoso Díaz-Alejandro disse certa vez que "uma hipótese plausível para isso (falta de credibilidade) é que, *ceteris paribus*, quanto maior é a história dos fracassos dos planos de estabilização, menores são as chances de sucesso (e/ou maiores são os custos para o sucesso) de qualquer novo plano."

Mas, o que é credibilidade? Definir é uma ingrata tarefa, pois essa noção terá significantes e significados distintos. Alguns analistas partem da idéia de que credibilidade existe (ou não) quando da implantação da política de estabilização, notadamente para combater a hiperinflação. Neste caso, a condição necessária e suficiente para o sucesso da política é que haja uma mudança do "regime" que reflita uma quebra em relação às práticas anteriores e sinalize para os agentes econômicos uma estratégia de restrição e controle dos déficits presentes e futuros. Este seria o caso da credibilidade **ex-ante**.

Em contraste com esta posição, outros analistas pressupõem que a credibilidade pode ser estabelecida após a implantação do programa de estabilização, o que seria o caso da credibilidade **ex-post**. Esta seria obtida a partir do comportamento da política monetária cambial e da taxa de juros, observadas no período de transição que viabilizariam a estabilização de fato da economia.

Numa economia aberta, um programa de estabilização dos preços pode se basear, ou pela fixação da variação da taxa nominal de câmbio - estabilização via taxa de câmbio - ou controlando a taxa de crescimento da oferta monetária - estabilização

monetária. Cabe ao **policy-maker** escolher entre as duas âncoras, sob a forma uma e/ou outra, mas avaliando quando os custos sobre o produto por reduzir temporária ou definitivamente a inflação devem ser imputados à sociedade.

Esses custos inerentes à política de estabilização de preços, presentes nos fracassos passados ou nos possíveis sucessos do presente, ocorrem em espaços de tempo diferenciados a depender da âncora utilizada. Em linhas gerais, esses custos decorrem de cinco ingredientes singulares que representariam aproximadamente os agentes econômicos e o ambiente em que se vivencia a história latino-americana e, em especial, a brasileira. Eles são: a possibilidade concreta de substituição de moedas; a restrição de liquidez à frente do consumidor; a substituição

por algum título externo. Este "consumidor" vem fazendo, já há algum tempo, uma substituição da moeda nacional por moeda estrangeira. Além disso, na restrição da liquidez à frente do consumidor sempre observamos ao redor alguém que "produz" liquidez ao dispor de sua riqueza financeira entre moeda e quotas de títulos (públicos ou privados), que são remuneradas a uma taxa de juros. Como estes títulos são de prazo muito curto, uma variação positiva dos juros gera, com o passar do tempo, ainda que paradoxalmente, uma elevação do consumo.

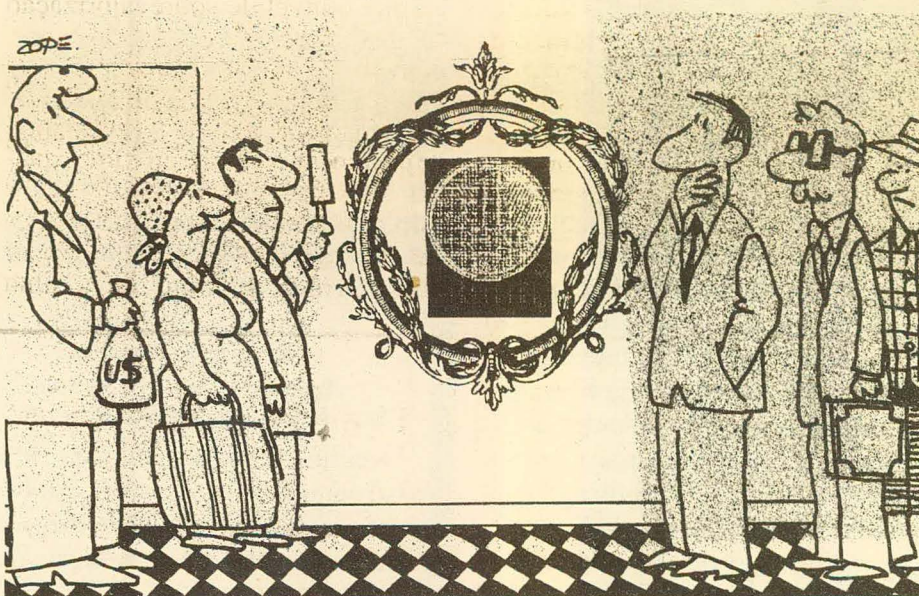
Durante os últimos oito anos, todas as tentativas de estabilização fracassaram. A partir das experiências anteriores, a atual equipe econômica, através do mecanismo da URV, criou uma condição de quase hiperinflação, buscando com que

bem doméstico "quase-puro", onde os consumidores estão migrando de programas mais caros para os mais baratos e/ou estes estão fazendo uma comparação com os preços internacionais dos serviços para, às vezes, evitar os dispêndios. Obviamente, o quanto e quando o consumo dos bens domésticos vai cair, realmente dependerá do tempo, das condições de endividamento, da credibilidade da atual e da futura política de estabilização e, sobretudo, da substituição intertemporal do consumo.

O atual ministro da Fazenda está totalmente correto quando diz que o consumidor é um "otário" ao não postergar suas compras para o futuro, estabelecendo uma relação intertemporal entre o consumo presente e o futuro. Por outro lado, todos os consumidores supõem que o ministro também é um "otário", porque não acreditam e não têm certeza quanto à continuidade da atual política de estabilização, apesar da sua credibilidade **ex-post**. Por isso, os consumidores antecipam o consumo para o presente, ao invés de fazê-lo no futuro, escolhendo entre os bens domésticos e os comercializáveis. Isto implica que a substituição entre comercializáveis e não comercializáveis (decorrência da valorização cambial) é menor que a substituição intertemporal do consumo.

Depreende-se que na raiz do atual aumento do consumo existe uma tensão entre os efeitos da substituição de consumo intertemporal e os efeitos da variação dos preços domésticos e comercializáveis decorrentes da valorização cambial. A apreciação real provoca um aumento presente do consumo dos bens comercializáveis em relação ao futuro, o que por sua vez leva também a um aumento inicial do consumo desses bens. A persistência, "a princípio temporária", de uma valorização cambial faz com que os bens domésticos fiquem mais caros ao longo do tempo, o que induz a substituição do produto produzido domesticamente pelo importado. Consequentemente, elevam-se as importações, o que no futuro leva a um déficit em transações correntes. Essa explosão de consumo é validada ainda mais na medida que o consumidor tenha acesso a crédito doméstico e externo. Somente após ter se endividado em relação a sua renda é que o mesmo parará de consumir.

Uma estabilização com âncora cambial, no início, se caracteriza por apresentar uma economia aquecida e



intertemporal do consumidor e a substituição presente entre o consumo de bens comercializáveis (bens **tradeables**) e os não-comercializáveis (bens domésticos); a formação de preços sob a forma de contratos justapostos nos bens domésticos e o comportamento de tomador de preços nos bens comercializáveis; e a restrição intertemporal nas transações correntes de um país com o resto do mundo.

Olhando a nossa volta, encontraremos alguém que, independente dos controles cambiais, ao longo dos anos 80, trocou a moeda denominada nacional (que foram cerca de sete) por moeda estrangeira (dólar). Essas moedas estrangeiras ficaram guardadas em casa e, à medida em que aumentou a "violência urbana", passaram a ser depositadas em contas no exterior, onde foram trocadas

todos os contratos justapostos fossem reajustados diariamente. Após disseminar quase totalmente o uso da URV na economia e ao reduzir, temporariamente, a taxa de variação cambial, o resultado foi que os preços se desaceleraram imediatamente. Consequentemente, diminuiu a substituição de moedas e aumentou os encaixes reais.

Dada a estrutura do consumo do agente econômico e a valorização real "aparentemente temporária" do câmbio, decorrência das regras de fixação dos preços dos bens domésticos, observa-se um aumento imediato do consumo dos bens comercializáveis e, gradualmente, os consumidores começam a diminuir o consumo de bens domésticos. Aliás, os jornais já apontam que na era pós-real está havendo uma forte "substituição" nas atividades de lazer - um

uma apreciação regular da taxa de câmbio. Tempos depois, a economia se desaquece, em níveis abaixo da tendência histórica, criando uma situação de recessão, independente da continuidade e do sucesso (ou não) dos programas de estabilização. Em linhas gerais, esses fatos são observados tanto nos programas ditos ortodoxos quanto nos heterodoxos. Isto significa que o custo incorrido pela sociedade é determinar "se a recessão (ou desaceleração) da economia ocorre agora ou algum tempo depois". Essas características são comuns às tentativas fracassadas de estabilização do passado, que usaram a âncora cambial e que não tiveram credibilidade nem **ex-ante**, nem **ex-post**. Logo, política de estabilização com âncora cambial pode ser uma opção arriscada se não houver credibilidade.

Para se obter credibilidade torna-se necessário avaliar se a política monetária e cambial são **temporárias** ou **definitivas** e o tempo disponível para sua implementação. O atual governo, ao optar por uma política temporária de estabilização, a princípio de seis meses, pode, concretamente, reduzir os preços ao variar negativamente a taxa de câmbio, ao tentar cumprir, inicialmente, certas metas de expansão da oferta monetária, cujos limites poderiam ser alterados em decorrência do processo de remonetização.

Como as metas monetárias não foram cumpridas, não se sabe se a

redução da taxa do câmbio é temporária ou permanente e haverá uma mudança em breve na equipe econômica, então a credibilidade **ex-ante** da política de estabilização do próximo governo é menor no tocante à possibilidade de fazer convergir a inflação a patamares internacionais livrando o país de vez da inflação crônica. Para os agentes econômicos é fundamental que os próximos **policy-makers** optem, em caráter definitivo, por uma ou pelas duas âncoras. Somente assim é que se poderá analisar a reação dos agentes e sobretudo "construir" a credibilidade **ex-post** da política de estabilização do novo governo.

Na verdade, a melhor opção para os próximos **policy-makers** é buscar uma hiperestabilização durante os próximos quatro anos do governo via âncora cambial e monetária. Partindo do pressuposto que eles deverão endurecer sem jamais perderem a ternura, pode-se esperar que haja uma livre conversibilidade entre a moeda nacional e a estrangeira viabilizando o processo de substituição de moedas. É bom observar que conversibilidade significa somente comprar e/ou vender livremente moedas. Se o governo fixar a taxa de compra e venda, o risco de alteração é compartilhado por toda a nação, mas se deixar a taxa livre ou em bandas, os riscos são dos agentes que participam desse mercado. Segundo, a forma como o consumidor distribui a sua riqueza entre moeda e títulos

tem de ser alterada, fazendo com que os títulos denominados em moeda local tenham um maior prazo e os rendimentos sejam dados em prazos mais espaçados. No alongamento desses títulos, que deverá ser feito com base em tributação diferenciada, há bastante espaço para redução das taxas de juros interna. É bom lembrar que o equilíbrio orçamentário do governo com vistas a estabilização econômica é bem inferior àquele necessário para as atividades redistributivas e de oferta de bens públicos (educação, saúde etc). O atual equilíbrio, ainda frágil, mas que já dura quatro anos, seria um dado que avaliza uma redução dos juros.

Essas ações permitiriam uma verdadeira mudança no regime monetário, viabilizando o controle dos agregados monetários e, consequentemente, da oferta de moeda, o que já é uma boa âncora monetária. Além disso, a independência do Banco Central seria um fator institucional a dar mais credibilidade à condução da política monetária. No tocante à âncora cambial, é preciso que o próximo governo sinalize, definitivamente, que o nível de sobrevalorização cambial atualmente observado é compatível, via um sistema de bandas muito estreito, com os objetivos de endividamento externo e do balanço de pagamentos para os próximos quatro anos. Se essas ações forem implementadas, poder-se-ia esperar que o programa de estabilização do próximo governo teria uma

credibilidade **ex-ante** e os agentes econômicos não alterariam a intertemporalidade do seu consumo. Com a fixação definitiva da variação da taxa de câmbio, os agentes diminuiriam a relação entre consumo presente e futuro e perceberiam os novos dos preços comercializáveis e domésticos como definitivos, causando uma desaceleração imediata do nível de atividade. Dado que não é possível comprovar a credibilidade total **ex-ante** pode-se esperar ainda a manutenção de um crescimento do consumo durante um determinado período de tempo até a economia entrar em recessão, como ocorreu no final dos anos 80 em Israel, após ter sido fixado uma âncora cambial, apesar de toda a solidez fiscal.

Somente dando um caráter definitivo à taxa de variação cambial e de expansão monetária é que se poderá estabelecer uma âncora real de modo que os "viajantes residentes" deste país possam perceber que há uma tripulação com credibilidade dando rumo e curso ao navio, ainda que estejamos adentrando em mares nunca d'antes navegados, sujeitos a calmarias (estagnação) e a furacões (inflação), o que torna o programa de estabilização uma bela odisséia. Toda odisséia é um ato heróico, resultante de uma travessia de sucessos e/ou insucessos. Resta só saber qual será a sorte dos viajantes ...

* Pesquisador da Funcex, Professor da FAF/UERJ e diretor do IERJ.

Fale com quem entende de Economia.

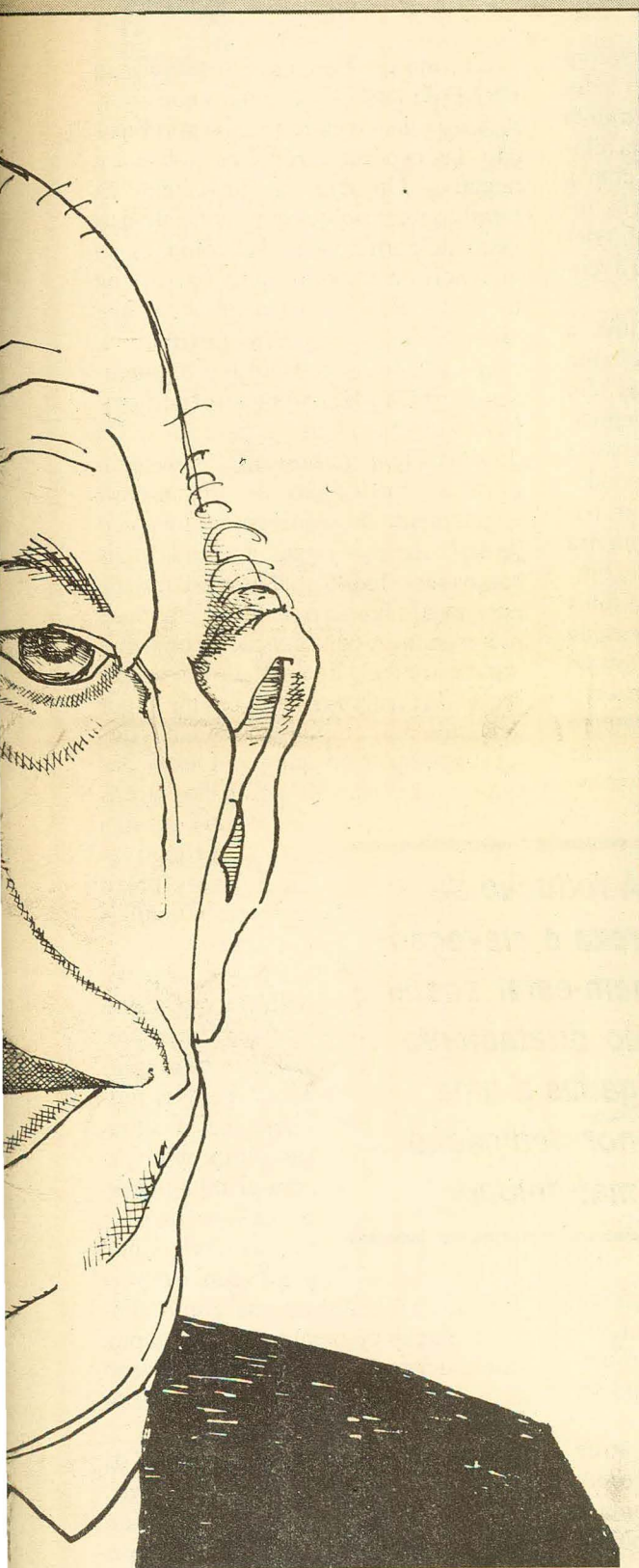
Anuncie.

Jornal dos Economistas

Com tiragem de 20 mil exemplares, o Jornal dos Economistas, é dirigido a todos os profissionais do Rio de Janeiro. São economistas da iniciativa privada e de estatais, além de todas as faculdades de Economia do país. Sua mensagem será lida por quem forma opinião e participa ativamente dos destinos econômicos brasileiros.

Para anunciar: FRILAS - representante
Rua das Marrecas 25, sl. 304 • RJ
Tel (021) 240-4840 • Telefax 262-7076

que Simonsen



memória inflacionária, é uma das decisões mais acertadas que o futuro governo poderá adotar.

JE: O Banco Central aposta numa política de juros altos e restrição do crédito como inibidores do consumo. Qual deve ser o grau de interferência do Banco Central na economia?

Simonsen: O Banco Central tem que interferir na administração de liquidez. Surgiu que o sistema de *zeragem* automática dos bancos deva acabar, sendo substituído pela criação de um esquema de banda de juros. Quanto às restrições de crédito, elas foram adotadas num período em que o mercado estava aquecido e parece que deram resultado.

JE: O saneamento das instituições financeiras estaduais é importante para a continuidade do plano. Quais os acordos possíveis para que isso ocorra?

Simonsen: Os bancos estaduais financiaram, ao longo dos anos, déficits públicos e foram se tornando ilíquidos e alguns com perigo de insolvência. A solução para isso é que os governos estaduais possam quitar suas dívidas com a venda de ações de empresas estatais, e que, no futuro, haja um rigoroso controle desses bancos por parte do Banco Central.

JE: O governo tem adotado uma estratégia em que as importações, ainda mais quando apoiadas por valorização cambial, barateiam os preços dos produtos e ajudam a conter a inflação. Em sua opinião, esta abertura irrestrita às importações não pode provocar um processo de desindustrialização?

Simonsen: Isso é um exagero. A indústria brasileira já é suficientemente madura para conviver com a concorrência de empresas internacionais. Pode haver um sucateamento de uma indústria por algum motivo específico. Mas não existe um perigo para o parque nacional. O problema mais delicado é evitar a supervalorização cambial.

JE: As experiências do México e Argentina se aplicam ao caso brasileiro?

Simonsen: Ambos os casos basearam-se em fixação das taxas de câmbio, o que gerou déficits comerciais e em conta corrente extremamente elevados. Diante disso, seria bom que no Brasil se mantenha uma maior flexibilidade.

"A inflação hoje está sendo causada por um problema de safra e pela expansão monetária, pouco tendo de inercial. O fim da indexação exige que se apague a memória inflacionária."

JE: Como o Sr. avalia as possibilidades de negociação do governo eleito frente ao novo Congresso Nacional para implementar as reformas que este julga necessárias à conti-

nuidade do plano?

Simonsen: O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, entra com grande força política, sobretudo para realização de uma reforma tributária e de uma reforma previdenciária.

JE: Em sua opinião, essas seriam as reformas constitucionais mais necessárias para o êxito do real?

Simonsen: Sim. A consolidação do real depende de maior abertura da economia, uma maior liberalização e um ajuste fiscal profundo.

Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil

Lauro Ramos*
Ana Lúcia Soares**

Quando analisamos o processo de desenvolvimento econômico de um país, estamos de fato avaliando a eficiência com que são alocados os seus recursos produtivos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, visando o bem-estar da sociedade. Dentre os mais importantes fatores determinantes da capacidade produtiva do país está, sem dúvida, a mão-de-obra, seja ela masculina ou feminina. Há evidências preliminares de que no Brasil existe uma subutilização da força de trabalho feminina, na medida em que a taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro é baixa, seja em comparação à dos homens, seja em relação à observada em países desenvolvidos.

Existe, por certo, uma vasta gama de fatores que influenciam o nível da participação feminina no mercado de trabalho, como o grau de desenvolvimento econômico, fatores culturais ou sociais associados ao trabalho da mulher, de natureza religiosa, por exemplo, além dos próprios efeitos do desenvolvimento sobre a estrutura familiar. Parece claro, todavia, que um maior engajamento feminino no mercado, na medida em que implica um maior aproveitamento de recursos produtivos, tende a se constituir num elemento propulsor do crescimento e da prosperidade econômica.

Vale assinar que os motivos que levam a mulher a não ingressar no mercado de trabalho podem fazer com que esta decisão tenha implicações distintas em termos de bem-estar social e eficiência econômica. Nestes termos, é importante que se procure identificar as razões que levam a uma baixa taxa de participação feminina no mercado de trabalho para que se possa melhor diagnosticar as suas implicações: se isto ocorre como resultado de viés cultural e/ou práticas discriminatórias, pode-se dizer que a sociedade como um todo, e as mulheres em particular, estão sendo prejudicadas e que políticas de incentivo à participação da mulher via a eliminação

destas barreiras seriam recomendáveis; se isto ocorre em uma situação de igualdade de oportunidades, em que a mulher não enfrenta obstáculos ao seu ingresso no mercado de trabalho, a caracterização de subutilização de recursos produtivos fica comprometida e políticas que visem incentivar uma maior participação têm que atentar para a utilização alternativa do tempo de mulher, sob pena de provocar distorções não desejáveis nesta alocação.

O ponto fundamental é que, para que as mulheres possam ter condições adequadas de acesso ao mercado de trabalho, é preciso eliminar quaisquer tipos de barreiras discriminatórias, de origem cultural, religiosa ou econômica, ao seu ingresso na força de trabalho, de forma que elas possam colaborar no processo de geração da renda familiar e contribuir para atenuar, ou até eliminar, o nível de pobreza das suas respectivas famílias, se for o caso. Neste contexto, fica claro que as transformações na or-

ganização familiar ocorridas nos últimos tempos, mormente em meio ao prolongado período de crise econômica que vem assolando o país, têm reflexos importantes no processo de geração do orçamento familiar, na medida em que sua renda do trabalho torna-se uma parcela a mais na renda da família a ser distribuída entre

seus membros. O fato da taxa de participação feminina vir crescendo sinaliza, portanto, a ocorrência de alterações de monta na estrutura de geração da renda familiar que são dignas de maior atenção.

O exposto acima permite depreender a existência de uma estreita relação entre a participação das mulheres no mercado de trabalho e a renda familiar, cuja inspeção para o caso brasileiro constitui o núcleo central deste trabalho. As evidências empíricas "diretas" indicam que há uma relação em forma de "U" entre a participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho e a renda do marido, de tal forma que uma taxa mais alta de participação destas é observada tanto para o caso de maridos "pobres" quanto para o caso de maridos "ricos", e taxas

mais baixas para o caso de maridos com rendas intermediárias. Por outro lado, os modelos teóricos de decisão conjunta da oferta de trabalho prevêm uma relação inversa entre as variáveis, com a propensão das mulheres cônjuges ingressarem no mercado de trabalho decrescendo à medida que aumenta a renda do marido.

Seja sob um prisma ou outro, a participação no mercado de trabalho entre as mulheres cujos maridos têm baixa renda tende a ser bastante elevada. Como na grande maioria dos casos a renda do marido é o elemento preponderante na geração da renda familiar, parece então lícito afirmar, à primeira vista pelo menos, que "as mulheres tendem a trabalhar mais nas famílias mais pobres". Esta interpretação apressada ignora, todavia, dois fatos essenciais no que diz respeito à questão da pobreza: (i) dada a característica eminentemente redistributiva da unidade familiar, que tende a se comportar como um núcleo solidário de consumo e rendimento (através de intensas transferências internas), a renda familiar ou, mais precisamente, a renda familiar per capita, é uma maneira mais adequada para investigar a incidência de pobreza e, (ii) ao participar do mercado de trabalho, a mulher colabora para a formação da renda familiar e, portanto, para a elevação da renda familiar per capita, contribuindo assim para atenuar, ou mesmo eliminar, a incidência da pobreza em sua unidade familiar.

Embora sem questionar a relação de causalidade embutida no arcabouço teórico supracitado, procuramos elucidar a associação de fato existente entre pobreza e participação feminina. Para tanto faz-se necessário contabilizar o efeito dos frutos do trabalho da mulher na renda familiar. Ou seja, ao invés de utilizar simplesmente a renda do marido como indicador do nível de renda familiar, é mais adequado lançar mão do conceito de renda familiar per capita, incluindo as rendas de todas as fontes de todos os membros, inclusive das esposas, para fins de caracterização da pobreza.

Tendo por base as informações da PNAD de 1989, constatamos que a verdadeira relação entre taxa de participação das esposas e nível de pobreza é negativa. Ou seja, são justamente as famílias mais pobres que apresentam as taxas de participação das cônjuges no mercado de trabalho mais baixas (na faixa dos 20%) e, na medida em que ascendemos no espectro distributivo, estas taxas se elevam (até as proximidades de 50% no décimo superior da distribuição da renda familiar per capita). Os dois principais fatores que contribuem para a explicação de um menor engajamento das cônjuges no mercado de trabalho nas faixas de renda mais baixas são o baixo grau de escolaridade e o elevado número de filhos em idade pré-escolar. A combinação de uma menor atratividade do mercado em decorrência de menores salários e uma maior demanda por tempo em atividades domésticas faz com que o ingresso das esposas no mercado de trabalho entre as

famílias carentes seja significativamente mais baixo que entre as famílias mais ricas.

Neste sentido, políticas que visem à geração de empregos de boa qualidade para as mulheres nesta situação, em conjunção com a implantação de uma infraestrutura de serviços que substituam o tempo

dedicado à função materna, como a implementação de creches, por exemplo, teriam um papel importante na redução da pobreza e elevação do bem-estar social no curto e médio prazos.

De qualquer forma, por certo as transformações em curso na sociedade, e em decorrência na estrutura familiar, que através da remoção de barreiras culturais e práticas discriminatórias resultam no crescimento da participação da mulher na força de trabalho, têm, *per se*, reflexos distributivos e redutores da pobreza importantes para a sociedade brasileira como um todo.

* Pesquisador do IPEA/DIPES e Professor da Universidade Santa Úrsula.

** Bolsista do CNPq.

"As cônjuges de famílias mais pobres têm as menores taxas salariais do mercado de trabalho"

"A redução da pobreza e elevação do bem-estar social estão diretamente ligadas a uma menor dedicação à maternidade"

Contratação Coletiva de Trabalho: por um sistema que gere compromissos

Clemente Ganz Lúcio*

Profundas alterações vêm ocorrendo na sociedade brasileira. O processo de democratização, apesar dos percalços, tem avançado em diferentes áreas. Não é possível uma sociedade democrática sem se rever as regras que norteiam diferentes campos das relações sociais.

Capital e trabalho tiveram neste último meio século sua relação regulada de forma bastante abrangente. As regras garantiam que o capital não fosse ameaçado por nenhum tipo de insubordinação por parte do trabalho. Já este, considerado hipossuficiente na relação e, portanto, tutelado pelo Estado, tinha assegurado alguns benefícios trabalhistas. Assim, se por um lado determinava-se direitos, por outro inibia-se ou, em alguns casos, proibia-se a organização e a representação coletiva dos trabalhadores. Garantia-se, desse modo, uma fachada de direitos e de respeito ao trabalhador, mas impedia-se sua emergência como cidadão e como sujeito coletivo capaz.

Essa situação permanece em essência, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos através das lutas sindicais e democráticas. Não há processo de democratização da sociedade brasileira que resista à promoção de mudanças, algumas delas profundas, no atual sistema de relações de trabalho. O novo sistema deve constituir-se a partir da realidade do país, da experiência de outros modelos e nortear-se pelas convenções internacionais.

A base para a nova construção

Não existe nenhum tipo de ruptura social exigindo a mudança radical e imediata do atual sistema de relações de trabalho. Contudo, o mundo do trabalho sofre alterações profundas decorrentes das transformações das relações de produção. A reestruturação produtiva traz inovações tecnológicas, mudanças do processo de produção e dos métodos de gestão. Transformam-se o trabalho e o emprego. Uma ruptura de outra ordem está se cristalizando.

Temos também uma regulamentação, em certos aspectos, extensiva que normatiza a relação capital-trabalho e que vem dando os contor-

nos à relação. As lutas sindicais ocorrem no bojo dessa institucionalidade, buscando superá-la. Porém, concomitantemente, o movimento sindical atua pautado por esse conjunto de regras que limita e tolhe sua liberdade de ação. Lutar por mudanças, negociar e acordar em um sistema conservador são dilemas permanentes do movimento sindical brasileiro.

Um novo sistema de relações de trabalho, que pretenda ser consequente, deverá ser resultado de um amplo processo de negociação que promova a celebração dos compromissos que instituem o novo modelo, muitos deles expressos em lei. Para que o processo avance de fato, será necessário a experimentação embri-

deve buscar a solução?

A resposta é direta: os atores envolvidos no processo, ou seja, o sistema deve promover a busca da solução através dos próprios sujeitos envolvidos no conflito. Para tanto, transferem-se poder desses sujeitos coletivos aos seus representantes, constituídos em atores (capacidade política de expressar a vontade geral). Estes, sem interferência de terceiros, a menos que por iniciativa comum das partes, buscarão, através de diferentes mecanismos e recursos, um ACORDO, que nada mais é do que um COMPROMISSO COMUM.

Em relação ao atual sistema, a primeira mudança radical já se estabelece: é preciso que se mude o papel

modo que os atores envolvidos são os primeiros interessados na efetivação do que foi acordado. Isso porque será da qualidade da materialização do acordo que dependerá a qualidade da continuidade da própria relação. Quem não cumpre acordos não tem capacidade para firmá-los.

Quem celebra os acordos?

Só celebra e cumpre acordos quem tem capacidade. Capacidade, neste caso, está diretamente ligada à representatividade, autenticidade e legitimidade. Capital e trabalho se fazem representar na relação e isso se dá através de mecanismos e estruturas intraclasser. No caso das organizações sindicais dos trabalhadores, trata-se de garantir a possibilidade de diálogo entre representantes e representados, que deverá proporcionar aos dirigentes capacidade de apreender as demandas das suas bases, a intensidade do interesse em buscá-las, as formas como pretende ver materializado entre outros. Só faz quem conhece e só conhece quem vive. Para os dirigentes é fundamental o contato direto e permanente com os membros da categoria, junto ao "chão" da empresa, para poder compreender, de fato, quais são os problemas que estão sendo vividos naquele momento. Não basta ter saído desse meio: é preciso manter-se nele, apesar do papel distinto e específico.

É dessa capacidade de diálogo que deriva um dos elementos que confere ao dirigente a CAPACIDADE DE FIRMAR UM ACORDO: conhecimento do que demanda. Mas não é só. Essa capacidade está também ligada diretamente ao poder que a própria categoria possui. Uma categoria com grande poder de organização e de mobilização tem possibilidade de buscar bons acordos, o que pode significar uma diminuição dos ganhos do capital. Mas, uma categoria com grande poder de organização e mobilização tem capacidade, de fato, de CUMPRIR acordos firmados. Para quem visualiza uma relação de longo prazo, essa capacidade é estratégica porque pode conferir maior estabilidade a uma relação que é permanentemente tensa.

A organização no local de traba-

"Um novo modelo de relação entre capital e trabalho deve promover o trabalho com equidade social"

onária do novo sistema em situações particulares, gerando um efeito demonstração do que é possível produzir e das vantagens que esse novo modelo poderá trazer.

Vamos a algumas idéias sobre o que seria um novo sistema de relações de trabalho no Brasil.

A base do novo sistema

Um novo sistema de relações de trabalho deverá estar assentado na PROMOÇÃO DE COMPROMISSOS. Aqui, compromisso não tem relação com cooptação. Trata-se de promessa de trato, de acordo, a ser cumprida, que se efetiva entre duas ou mais partes.

Partindo-se do fato de que a conflituosidade entre capital e trabalho é inerente à própria relação, e que a busca de solução para as questões ou problemas que daí emergem são necessárias, a indagação é: quem

do Estado na relação. De que forma? Em primeiro lugar, acabando com o poder normativo compulsório da Justiça do Trabalho. Em segundo, com uma legislação que dê suporte à relação, promovendo-a e incentivando-a. Terceiro, assumindo de fato seu papel como empregador, representante da sociedade na relação com o funcionalismo público, procurando desenvolver os mecanismos específicos que promoverão a composição dos interesses nesse campo específico.

A solução dos conflitos deve ser resultado de um processo negociado entre as partes, acatado como o resultado possível num determinado momento histórico e decorrente de uma dada correlação de forças. Trata-se, portanto, de construir um sistema que gere uma SOLUÇÃO COMPROMISSO, ou seja, as partes têm o compromisso de cumprir o que acordaram ou trataram, de tal

lho é fundamental para que se promova essa dupla capacidade e, ao mesmo tempo, deverá ser um agente fiscalizador do cumprimento do próprio acordo, sendo também ator responsável pela solução dos inúmeros conflitos existentes no âmbito da própria empresa, evitando-se, assim, o congestionamento da Justiça do Trabalho.

Só celebram acordos e os cumprem quem tem tranqüilidade

A permanente ameaça de demissão, através do poder arbitrário de mando do capital, introduz um elemento extremamente perverso ao sistema: a coerção através do medo. Dele não emergem atores promotores, mas sim atores que atuam permanentemente na defesa, dispostos, em certas circunstâncias, a ações cujo custo é extremamente elevado. Não se garante uma relação duradoura quando existe medo de se fazer representar, de dizer quais são as demandas, os problemas e de apontar e buscar as soluções para as injustiças que se vive. A garantia, contra a dispensa imotivada, é um dos pilares de um novo sistema que queira promover um modelo de COMPROMISSO com o resultado da contratação baseado na opção e não no medo.

Só cumpre quem conhece e acredita no que acordou

O conhecimento significa ter a certeza de que o que foi contratado está lastreado em dados e informações que sustentam as bases do que foi acordado. Ninguém se sente no dever de CUMPRIR um acordo se descobre que a base de argumentação usada para promovê-lo, naquelas circunstâncias, foi falseada. Promover esse espaço de diálogo sustentado na confiança e na disponibilização das informações é um dos pilares de um novo sistema.

A recusa ao trabalho

Numa relação de conflito pode-se chegar ao impasse. Isso é normal e deve ser assumido com a maior naturalidade. O impasse é gerado porque o capital se recusa a pagar. Nesta situação, permanecida a vontade de se conquistar, nada mais natural que o trabalho se recuse a trabalhar. É um momento de testar os interesses, as vontades, as disponibilidades e seus limites.

Ora, a recusa ao trabalho é um direito. Nada deve ser regulamentado neste direito, a não ser ele próprio. Normatizar o direito já é ferir-lo na sua essência.

Caberá aos trabalhadores, atra-

vés das suas instâncias representativas, criar um código de conduta que estabeleça as regras que nortearão esse tipo de ação. Esse código deverá deixar claro para toda a sociedade em que condições os trabalhadores darão encaminhamento ao seu direito de parar de trabalhar. Toda e qualquer ação que venha ferir direitos individuais ou de terceiros poderá ser contestada na Justiça, como todo e qualquer ato o é em nossa sociedade.

O papel da Justiça

A Justiça do Trabalho deverá continuar existindo. Mas para quê? Para julgar demandas de direito individual ou coletivo, assentado nas

de arbitragem voluntária, a partir da demanda comum das partes. Mesmo a mediação poderá ser oferecida. Contudo, isso significa um total reaparelhamento do atual sistema judiciário no campo trabalhista.

A Constituição dos atores

Esse ponto é fundamental. Deve caber às partes a definição das formas e dos mecanismos de representação que serão estruturados para representá-los. Isso é o que diz a Convenção 87 da OIT. A liberdade sindical nada mais é do que delegar aos trabalhadores e aos empresários, sem coerção da parte contrária, o direito e o poder de

representatividade e autenticidade serão os fatores que irão conferir legitimidade à representação.

Os níveis de contratação

A contratação deverá ser suficientemente ampla para promover o enfrentamento das questões gerais que atingem o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, suficientemente específica para atender às demandas existentes nas diferentes regiões, setores ou empresas, a partir das suas potencialidades. A engenharia do sistema deverá levar em conta essa questão.

A distribuição entre o que é especificado em uma legislação do trabalho ou contratos coletivos de trabalho não é tarefa fácil. A abrangência da legislação é perfeitamente discutível, desde que não signifique simplesmente a flexibilização dos direitos já existentes. Os trabalhadores não querem um novo sistema de relações do trabalho para tornar sua situação ainda pior. Vêm nesse modelo a possibilidade de alavancar um novo padrão de vida.

O processo e o resultado

Constituído os atores e as pré-condições ora apresentadas, as organizações autênticas e representativas poderão desencadear um processo de contratação coletiva do trabalho, ou seja, de negociação.

Enquanto a contratação é o conjunto de procedimento da negociação, que contém princípios, fundamentos e normas de conduta, o contrato coletivo de trabalho é a materialização do seu resultado, ou seja, a norma pactuada que irá regular direitos e deveres dos sujeitos na relação ou, de outra forma, o acordo.

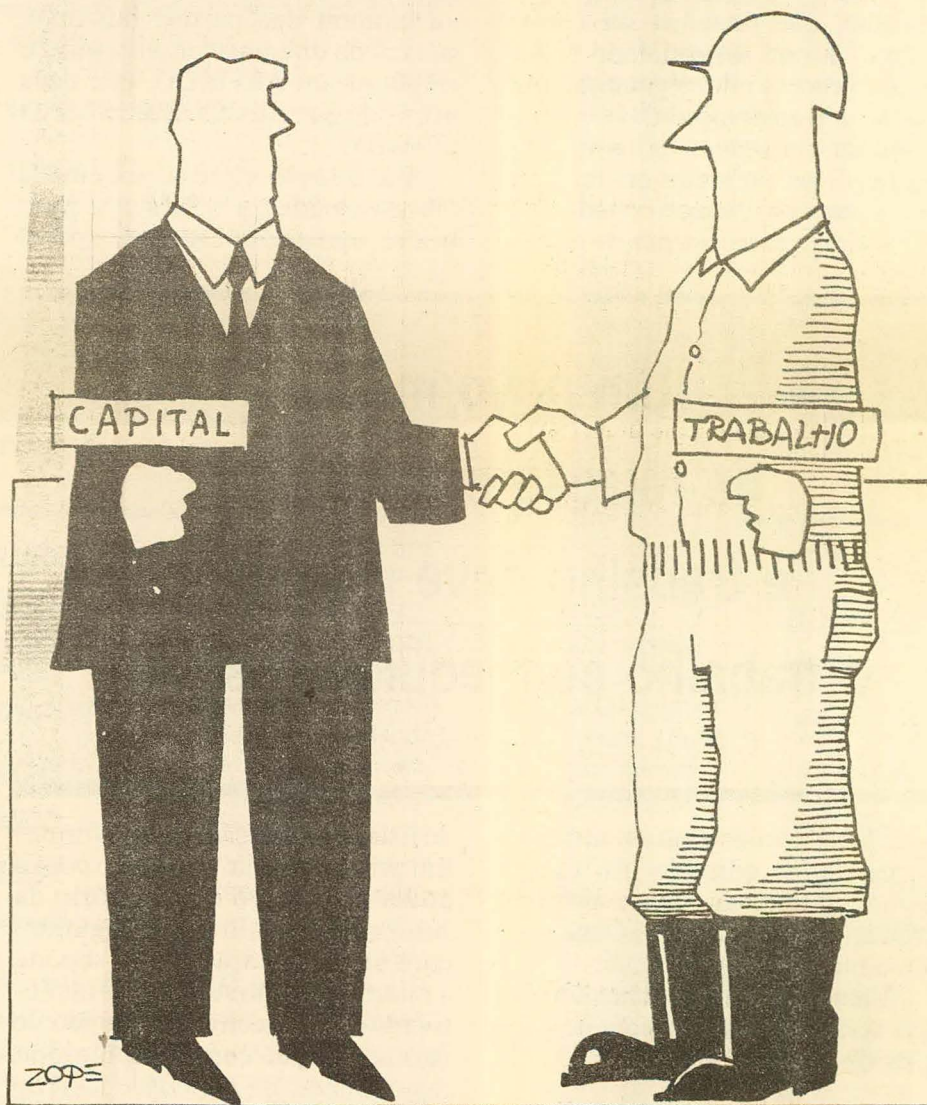
A transição

Passar de um sistema para outro não é uma tarefa fácil. Requer habilidade, paciência e perseverança. Uma legislação de transição se fará necessária, dando suporte às mudanças no atual sistema, transformando-o num novo sistema de relações de trabalho. O tempo, as condições, o método são todos elementos a serem definidos.

O que se busca com este novo sistema?

Um modelo de relação entre capital e trabalho que dê tratamento a bom termo aos conflitos existentes, promovendo a valorização do trabalho, com equidade social. Transformar, enfim, o trabalhador em cidadão.

* Sociólogo e membro da Direção Técnica Geral do DIEESE.



definições da lei estabelecidos numa legislação do trabalho ou nos contratos coletivos de trabalho. Cabe à Justiça avaliar, a partir de uma demanda, se a lei ou o contrato estão sendo cumpridos, determinar sua aplicação e as penalidades já previstas. Os compromissos que constituem o próprio contrato e as penalidades pelo seu não cumprimento poderão estar definidas no próprio contrato coletivo ou na legislação.

A Justiça do Trabalho poderá ainda vir a atuar num sistema

decidir como farão para serem representados. A unicidade ou pluralidade será definida pelas partes. A estrutura, forma de financiamento e de organização, também. A Convenção 87 não diz qual é o modelo, mas define o princípio para sua estruturação: cabe às partes a sua definição.

Essa definição é o pilar de todo o sistema. A representação busca gerar força social e capacidade de alavancar interesses. Força se acumula e se perde. Repre-

Sistema de Projeções Qualificadas

(6º bimestre: novembro/dezembro)

DESEMPREGO

A taxa de desemprego aberto continua, teimosamente, estacionada na faixa dos 6%, segundo projeções do CORECON. De acordo com a avaliação dos 12 técnicos que participaram do SPQ o nível de desemprego ficará em 6,39%.

INFLAÇÃO

Contaminada pelo aumento da demanda - em virtude da recuperação do poder de compra - e a escassez de alguns produtos, os índices de inflação, previstos para o bimestre novembro/dezembro deverão apresentar ligeira ascensão. Para este mês os economistas que participaram do SPQ apostam numa taxa média de 2,5%, subindo ligeiramente para 2,7% em dezembro.

CÂMBIO

Os economistas do CORECON apostam numa subida da taxa de câmbio. O percentual, contudo, será inferior à escalada da inflação prevista para o período. Este mês o câmbio oscilará em 0,77%, alcançando 0,99% em dezembro.

JUROS

A política monetária continuará restritiva, como forma de inibir a formação de estoques especulativos e disciplinar o consumo. Segundo os 12 técnicos que participaram do SPQ, a taxa de juros real (descontada a TR do período) fechará o mês em 1,85%, alcançando 1,93% em dezembro.

FBK/PIB

Os 12 técnicos que participaram do SPQ do CORECON projetam para este ano uma taxa de 15,07% para a formação bruta de capital em relação ao PIB. Isso demonstra que a economia brasileira continua com pequena capacidade de investimento.

Sistema de Projeções Qualificadas (6º bimestre/94) - Indicadores Econômicos		
	Novembro	Dezembro
Inflação (%) - IPC-R (%)	2,50	2,71
Taxa de Juros Real (%) (descontada a TR do período) (sob títulos públicos)	1,85	1,93
Taxa de Câmbio (%)	0,77	0,99
Dólar Paralelo (*)	R\$ 0,89	R\$ 0,91
Dólar Comercial	R\$ 0,86	R\$ 0,89
Produção Industrial (%) (anualizada)	5,98	5,60
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000.000)	1,07	0,94
(1994/1993)		
Produto Interno Bruto (%)	4,36	
Taxa de Desemprego (IBGE) (%)	6,39	
FBK / PIB (%)	15,72	
Contas Governo / PIB (**)	Déficit	-1,11
	Superávit	-
(*) Cotação do dólar no último dia do mês. (**) Resultado operacional.		

CONTAS PÚBLICAS

Apesar de todo esforço de arrecadação empreendido pela Receita Federal e a administração dos recursos "na boca do caixa", o Governo Itamar encerrará o período com desequilíbrio nas contas. A projeção dos economistas do CORECON é que o Tesouro fechará o ano com déficit de 1,11%.

DÓLAR COMERCIAL/ PARALELO

As recentes medidas de liberalização do câmbio, não serão suficientes para eliminar a sobrevalorização do real

frente à moeda norte-americana. Os técnicos do CORECON apostam que o dólar encerrará o mês cotado em R\$0,86, avançando para R\$0,89 em dezembro. O "black" seguirá uma trajetória parecida, sendo cotado a R\$ 0,89 em 30 de novembro e R\$ 0,91 no mês seguinte.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção industrial, na avaliação dos economistas que participaram do SPQ, deverá fechar o período com taxas positivas. Para este mês, eles apostam numa taxa (anualizada) de 5,9%, contra os 5,6% previstos para o mês subsequente.

SUPERÁVIT COMERCIAL

Apesar da gritaria dos exportadores, os técnicos do CORECON mantêm a projeção de obtenção de saldo comercial positiva neste bimestre. Parano novembro, a expectativa é que as trocas comerciais gerem superávit de US\$ 1,070 bilhão, recuando um pouco em dezembro (US\$ 940 milhões).

PRODUTO INTERNO BRUTO

O Produto Interno Bruto (PIB) fechará o período com desempenho positivo de 4,36%, segundo estimativas dos economistas ouvidos pelo CORECON.

- 1) As projeções foram realizadas entre os dias 19 e 29 de outubro;
- 2) Todas as projeções refletem a média de opinião dos 12 economistas ouvidos pelo CORECON;
- 3) Como fonte de indicadores passados, presentes e futuros foram utilizadas as informações do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo; da Andima; da Fundação Getúlio Vargas; da Fipe; do IBGE e do Banco Central;
- 4) Economistas Consultados: Uriel Magalhães (UM Consultores), Sérgio Werlang (FGV/Banco da Bahia); Adhemar Mineiro (Fed. Unica dos Petroleiros); José Eduardo Pereira (BNDES); José Clemente (Petroquímica do Nordeste); Flávio Castelo Branco (CNI-RJ); Francisco Assis (Nickel Consultoria); Rodrigo Quental (Vale do Rio Doce); Claudio Contador (UFRJ); José Cláudio Ferreira da Silva (IPEA); Antonio Corrêa de Lacerda (PUC-SP) e Gil Pace (GPC Consultores).

O processo de vendas das estatais

Realizou-se, em novembro/94, no Clube Militar/RJ, palestra sobre o processo de privatizações das estatais brasileiras, com a presença do senador Amir Lando - PMDB e do deputado federal Paulo Ramos - PDT. O evento, patrocinado pelo Movimento Nativista, Modecon, Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Associação dos Empregados da Eletrobrás, dentre outras, teve também a presença do General Hélio Lemos e o Brigadeiro Rui Moreira Lima. Neste encontro, os congressistas lembraram o triste episódio ocorrido durante a CPI das Privatizações quando, afirmam, que de maneira ilegítima, foi aprovado o substitutivo do Relatório Final da CPI feito pelo deputado Rubem Medina - PRN.

O JE ouviu em entrevista exclusiva, os parlamentares sobre o assunto.

FOTO: LUCIANO ALVES

Durante a palestra, o senador lembrou que, entre as CPI do Orçamento, a CPI do ex-presidente Collor e a CPI das Privatizações, o volume de dinheiro público perdido com as avaliações das estatais é disparado o maior. "Pelo pouco tempo e com as dificuldades de acesso às informações necessárias para se chegar a uma quantia exata, as cifras perdidas nas três CPIs foram de: US\$ 180 milhões - CPI do Orçamento, US\$ 300 milhões - CPI do Esquema Collor e US\$ 20 bilhões na CPI das Privatizações", disse o senador.

Para Amir Lando, o fato de o método de avaliação das estatais utilizado pelos consórcios só levar em consideração o fluxo de caixa, desprezando os terrenos em que estão construídas, materiais possuídos, etc, foi a principal causa da subvalorização. "Especialistas em dilapidar o patrimônio público acabam por acertar os valores que sempre são abaixo do valor real. Uma recente avaliação da Vale, mostrando um fluxo de caixa de US\$ 30 bilhões fez com que surgisse a idéia de modificar o critério de avaliação. O fluxo de caixa aí passou a não ser um medidor interessante."

Ainda ressentido com os rumos



Senador Amir Lando em debate no Clube Militar-RJ

da CPI das Privatizações, o senador relatou, em entrevista exclusiva ao Jornal dos Economistas, o que ocorreu na época em que seu relatório foi substituído pelo do deputado Rubem Medina. "O deputado José Lourenço (PDS), presidindo a CPI, realizou uma reunião - sem quórum -, conseguindo aprovar o relatório substitutivo, em que nenhuma irregularidade em todo o processo é apontada. As assinaturas para a aprovação foram coletadas de sala em sala pelo deputado Jackson Pereira - PSDB."

O deputado Paulo Ramos ex-

plicou que essa prática é comum, quando há consenso no que está sendo votado, o que não era o caso. "Do gabinete do senador Amir Lando, fiquei monitorando a seção. Quando tomei conhecimento de como se estavam conseguindo as assinaturas, informei o caso ao então presidente do Senado Humberto Lucena. A resposta veio por escrito, dizendo que nenhuma das pessoas que assinaram o documento reclamaram de o terem feito."

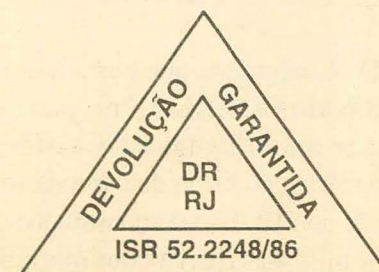
Apesar de todas as dificuldades e de não terem conseguido se reeleger, Amir Lando e Paulo Ramos deram uma mostra de otimismo para a continuidade da defesa dos valores nacionais. "Estamos

numa guerra desigual", disse Amir Lando à reportagem. Para eles, os objetivos principais do Plano Real não foram alcançados (fazer caixa, resgatar títulos da dívida pública e fortalecer o mercado de capitais). A reação imediata dos que não acreditam no discurso neo-liberal, segundo o senador e o deputado, deverá ser agora em cima da Revisão Constitucional, além de uma atenção redobrada em projetos como a nova lei de patentes, concessões públicas e na liberação para a participação de 100% de capital estrangeira em empresas nacionais.

Jornal dos Economistas

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 15.12.94